

## SUMÁRIO

<b>EDITAL</b> .....	2
<b>OUTROS</b> .....	9
<b>OUTROS</b> .....	10
<b>OUTROS</b> .....	11
<b>EDITAL</b> .....	11



EDITAL

EDITAL-CMDCA Nº 001/2023

EDITAL-CMDCA Nº 001/2023

**DEFINE DIRETRIZES PARA O PROCESSO DE ELEIÇÃO E CANDIDATURA A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR DE GOVERNADOR LUIZ ROCHA - MA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Governador Luiz Rocha Estado do Maranhão - MA - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conforme preconiza a Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei municipal nº 237/2023 e a Resolução nº 231/2022 que altera a Resolução nº 170/2014, ambas expedidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. RESOLVE:

**1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar é regido por este edital, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Governador Luiz Rocha.
  - A Comissão Organizadora designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composta paritariamente dentre os membros do aludido Conselho, conforme Resolução Nº 001/2023, é a responsável por toda a condução do processo de escolha.
- O processo destina-se à escolha de 05 (cinco) membros para composição do Conselho Tutelar do município de Governador Luiz Rocha - MA, para o mandato de 04 (quatro) anos, permitida recondução, mediante novo processo de escolha.

**1.3. Das atribuições do Conselho Tutelar:**

- O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da Criança e do Adolescente, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, artigos 95 e 136.

**1.4. Da Remuneração:**

- O conselheiro tutelar faz jus ao recebimento pecuniário mensal no valor de dois Salário Mínimo conforme Lei Municipal 237/2023.
- Se o servidor municipal for eleito para o Conselho Tutelar, poderá optar entre o valor da remuneração do cargo de conselheiro ou o valor de seus vencimentos incorporados, ficando-lhe garantidos:
  1. O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;
  2. A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais.

**1.5. Da Função e Carga Horária:**

- A jornada de trabalho de conselheiro tutelar é de 40 horas semanais, mais regime de plantão, conforme definido na Lei Municipal no Regimento Interno do Conselho Tutelar.
- A função de conselheiro tutelar é de dedicação exclusiva, sendo incompatível com o exercício de outra função pública ou privada.
- O exercício da função de conselheiro tutelar não configura vínculo empregatício ou estatutário com o município.

**2. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO E CANDIDATURA**

- O cidadão que desejar candidatar-se à função de conselheiro tutelar deverá atender as seguintes condições:
  - - reconhecida idoneidade moral, comprovada por folhas e certidões de antecedentes cíveis criminais expedidas pela Justiça Estadual e atestado de Antecedentes Criminais (Nada Cosnta) fornecido pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Maranhão;
  - - idade superior a 21 anos;
  - - residir no município de Governador Luiz Rocha – Ma há pelo menos 2 (dois) anos, comprovado por meio da apresentação de conta de água, luz e telefone fixo;
  - - efetivo trabalho com crianças e adolescentes ou em defesa de cidadão, de no mínimo, 01 (um) anos;
  - - estar em pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício de Conselheiro Tutelar;



VI – não ter sido penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar, nos últimos 05 (cinco) anos antecedentes à eleição;

VII - No ato da inscrição deverão estar munidos de documentos originais acompanhados das respectivas xérox:

1. RG, CPF, Título Eleitoral, Carteira Profissional (Trabalho), Certidão de Nascimento ou Casamento;
2. Certificado do ensino médio ou superior;
3. Comprovante de residência (conta de água, luz ou telefone fixo);
4. Certificado de reservista;
5. Certidão Negativa de Idoneidade Moral;
6. Comprovante Eleitoral;

VIII– Considera-se portador de idoneidade moral o candidato que apresentar Nada- Consta, certidão negativa de antecedentes criminais, não apresentar envolvimento em atos que desabonem a sua conduta perante a sociedade, tais como: uso ou envolvimento com drogas, exploração de trabalho infanto-juvenil, prostituição, maus tratos e outras situações de risco envolvendo crianças e adolescentes.

### 3. DO PROCESSO DE ESCOLHA

- O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado em 03 (três) etapas:

1. Inscrição dos candidatos, a partir da análise dos requisitos do item 02 deste Edital;
2. Avaliação psicológica;

- Eleição dos candidatos por meio de voto.

### 4. DA PRIMEIRA ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA – INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS

- A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições do processo, tais como se acham definidas neste edital, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
- Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a investidura na função de conselheiro tutelar.
- As inscrições ficarão abertas no período de 13/04 a 28/04/2023
- As inscrições serão feitas na Secretaria de Assistência Social(próximo ao posto Edigar) Rua Colaço Veras, s/n, Centro, no horário das 08h00minh às 12h00minh, segunda a sexta-feira.
- No ato de inscrição o candidato, pessoalmente ou por meio de procuração, deverá:

1. preencher requerimento, em modelo próprio que lhe será fornecido no local, no qual declare atender as condições exigidas para inscrição e se submeter às normas deste Edital;
2. apresentar original de documento de identidade de valor legal no qual conste filiação, foto e assinatura;
3. apresentar os documentos exigidos no item 2.1 deste edital.
4. em relação ao item 2.1 I, a critério da Comissão Organizadora, a comprovação da idoneidade moral, no âmbito pessoal, familiar e profissional, poderá ser complementada por meio de informações coletadas junto a pessoas e instituições da comunidade local.
  - A ausência de qualquer dos documentos solicitados acarretará o indeferimento da inscrição.
  - A qualquer tempo poder-se-á anular as inscrições e/ou nomeação do candidato, caso se verifique qualquer falsidade nas declarações e/ou documentos apresentados.
  - Segundo a [Lei nº 13.824/2019](#), altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), 132 da [Lei nº 8.069](#), de 13 de julho de 1990 para dispor sobre a recondução dos conselheiros tutelares, permitindo a reeleição de conselheiros tutelares para vários mandatos. Antes da nova Lei, o ECA permitia essa recondução por apenas uma vez.
  - A relação nominal dos candidatos, cuja inscrição for deferida, será afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, Centro Referência de Assistência Social (CRAS), com cópia para o Ministério Público.

### 5. DA SEGUNDA ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA - AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA



- A avaliação psicológica será realizada por profissional habilitado e visa verificar, mediante o uso de instrumentos psicológicos específicos (testes psicológicos reconhecidos e aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia), o perfil psicológico adequado ao exercício da função de conselheiro tutelar.
  - Deverão ser avaliadas as condições psicológicas adequadas do conselheiro para trabalhar com conflitos sociofamiliares atinentes ao cargo e exercer, em sua plenitude, as atribuições constantes nos artigos 95 e 136 da lei federal 8.069/90 e da legislação municipal em vigor.
  - De acordo com a cartilha “Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar: orientações para criação e funcionamento”, da Secretaria Especial de Direitos Humanos/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, ano 2007, os conselheiros devem apresentar as seguintes habilidades: capacidade de escuta, de comunicação, de buscar e repassar informações, de interlocução, de negociação, de articulação, de administrar o tempo, de realizar reuniões eficazes e criatividade institucional e comunitária.
- A avaliação psicológica será realizada no dia 14/06/2023, no Centro de Referência de Assistência Social, s/n, Centro no horário das 08h00minh às 12h00minh, observando o horário previamente agendado para cada candidato.
- Em hipótese alguma, haverá avaliação fora do local e horário determinados, ou segunda chamada para as avaliações.
- Será excluído do processo de escolha o candidato que, por qualquer motivo, não comparecer à avaliação no horário e local indicados.
- O resultado final da avaliação psicológica do candidato será divulgado, exclusivamente, como “APTO” ou “INAPTO”.
- Todas as avaliações psicológicas serão fundamentadas e os candidatos poderão obter cópia de todo o processo envolvendo sua avaliação, independentemente de requerimento específico e ainda que o candidato tenha sido considerado apto.
- A relação dos candidatos habilitados para a próxima etapa será publicada no Diário Oficial do Município e afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS e constará data, local e horário de reunião a ser promovida pela Comissão Organizadora que autorizará o início da campanha eleitoral, com cópia para o Ministério Público.

## 6. DA TERCEIRA ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA – ELEIÇÃO DOS CANDIDATOS

- **Da reunião que autoriza a campanha eleitoral**
  - Em reunião própria, a Comissão Organizadora deverá dar conhecimento formal das regras do processo eleitoral aos candidatos habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, bem como reforçar as disposições deste Edital, no que diz respeito notadamente:
    1. aos votantes (quem são, documentos necessários etc.);
    2. às regras da campanha (proibições, penalidades etc.);
    3. à votação (mesários, presidentes de mesa, fiscais, prazos para recurso etc.);
    4. à apresentação e aprovação do modelo de cédula a ser utilizado;
    5. à definição de como o candidato deseja ser identificado na cédula (nome, codinome ou apelido etc.);
    6. à definição do número de cada candidato;
    7. aos critérios de desempate;
    8. aos impedimentos de servir no mesmo Conselho, nos termos do artigo 140 do ECA; ainda é esse artigo
    9. à data da posse.
      - A reunião será realizada independentemente do número de candidatos presentes.
      - O candidato que não comparecer à reunião acordará tacitamente com as decisões tomadas pela Comissão Organizadora e pelos demais candidatos presentes.
      - A reunião deverá ser lavrada em ata, constando a assinatura de todos os presentes.
      - No primeiro dia útil após a reunião, será divulgada a lista definitiva dos candidatos habilitados, constando nome completo de cada um, com indicação do respectivo número e do nome, codinome ou apelido que será utilizado na cédula de votação, sendo publicada no Diário Oficial do Município e afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

### 6.2. Da Candidatura

1. A candidatura é individual e sem vinculação a partido político, grupo religioso ou econômico.



1. É vedada a formação de chapas de candidato.

### 6.3. Dos Votantes:

1. Poderão votar todos os cidadãos maiores de dezesseis anos inscritos como eleitores no município;
2. Para o exercício do voto, o cidadão deverá apresentar-se no local de votação munido de seu título de eleitor e documento oficial de identidade;
3. Cada eleitor deverá votar em apenas 01 candidato;
4. Não será permitido o voto por procuração.

### 6.4. Da Campanha Eleitoral:

2023. A campanha eleitoral terá início no dia 14 de Agosto a 30 de Setembro de 2023.
2024. Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos;
2025. É livre a distribuição de panfletos, desde que não perturbe a ordem pública ou particular;
2026. As instituições (escola, Câmara de Vereadores, CRAS, rádio, igrejas entre outras entidades) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de conselheiro tutelar.
2027. Os debates deverão ter regulamento próprio devendo ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;
2028. Os debates só ocorrerão com a presença de, no mínimo, 03 (três) candidatos e serão supervisionados pelo CMDCA;
2029. Os debates previstos deverão proporcionar oportunidades iguais aos candidatos nas suas exposições e respostas;
2030. Os candidatos convidados para debates e entrevistas deverão dar ciência do teor deste edital aos organizadores;
2031. Caberá ao candidato fiscalizar a veiculação da sua campanha em estrita obediência a este edital.

#### 6.4.1. Das Proibições:

1. É vedada a propaganda, ainda que gratuita, em faixas, outdoors, placas, camisetas, bonés e outros meios não previstos neste Edital;
2. É vedada a vinculação do nome de patrocinadores, financiadores ou similares no material de divulgação das candidaturas;
3. É vedada a vinculação do nome de ocupantes de cargos eletivos (Vereadores, Prefeitos, Deputados etc) ao candidato;
4. É vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;
5. É proibido aos candidatos promoverem as suas campanhas antes da publicação da lista definitiva das candidaturas, prevista no item 6.1.5;
6. É vedado ao conselheiro tutelar promover sua campanha ou de terceiros durante o exercício da sua jornada de trabalho;
7. É vedado aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover campanha para qualquer candidato;
8. É vedado o transporte de eleitores no dia da eleição, salvo se promovido pelo poder público e garantido o livre acesso aos eleitores em geral;
9. Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos.
10. É vedado ao candidato doar, oferecer, promover ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

#### 6.4.2. Das Penalidades:

1. O candidato que não observar os termos deste edital poderá ter a sua candidatura impugnada pela Comissão Organizadora;
2. As denúncias relativas ao descumprimento das regras da campanha eleitoral deverão ser formalizadas, indicando necessariamente os elementos probatórios, junto à referida Comissão Organizadora e poderão ser apresentadas pelo candidato que se julgue prejudicado ou por qualquer cidadão, no prazo máximo de 02 (dois) dias do fato.
  - o O prazo será computado excluindo o dia da concretização do fato e incluindo o dia do vencimento.
  - o Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.
3. Será penalizado com o cancelamento do registro da candidatura ou a perda do mandato o candidato que fizer uso de estrutura pública para realização de campanha ou propaganda;
4. A propaganda irreal, insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes será analisada pela Comissão Organizadora que, entendendo-a irregular, determinará a sua imediata suspensão.



## 6.5. Da votação:

- A votação ocorrerá no dia 01/10/2023, em local e horário definidos por edital da Comissão Organizadora, a ser divulgado com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS;
1. Às 17:00h do dia da eleição serão distribuídas senhas aos presentes que se encontrarem nas filas de votação, para assegurar-lhes o direito de votar;
  2. Somente poderão votar os cidadãos que apresentarem o título de eleitor, acompanhado de documento oficial de identidade;
  3. Após a identificação, o votante assinará a lista de presença e procederá a votação;
  4. O votante que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;
  5. Os candidatos poderão fiscalizar ou indicar um fiscal e um suplente para o acompanhamento do processo de votação e apuração;
  6. O nome do fiscal e do suplente deverá ser indicado à Comissão Organizadora com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes do dia da votação;
  7. No dia da votação o fiscal deverá estar identificado com crachá.
- Será utilizado no processo o voto com cédula ou eletrônico.
  - Será considerado inválido o voto:
    1. cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;
    2. cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;
    3. cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;
    4. em branco;
    5. que tiver o sigilo violado.

## 6.6. Da mesa de votação

- As mesas de votação serão compostas por membros do CMDCA e/ou servidores municipais, devidamente cadastrados.
- Não poderá compor a mesa de votação o candidato inscrito e seus parentes: marido e mulher, ascendentes e descendentes (avós, pais, filhos, netos...), sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.
- Compete à cada mesa de votação:
  1. Solucionar, imediatamente, dificuldade ou dúvida que ocorra durante a votação;
  2. Lavrar a ata de votação, anotando eventuais ocorrências;
  3. Realizar a apuração dos votos, lavrando a ata específica;
  4. Remeter a documentação referente ao processo de escolha à Comissão Organizadora;

## 6.7. Da apuração e da proclamação dos eleitos:

1. Concluída a votação e a contagem dos votos de cada seção, os membros da mesa deverão lavrar a Ata de Votação e Apuração, extraindo o respectivo Boletim de Urna e, em seguida, encaminhá-los, sob a responsabilidade do Presidente da Mesa, ao Presidente da Comissão Organizadora.
2. A Comissão Organizadora, de posse de todos os Boletins de Urna, fará a contagem final dos votos e, em seguida, afixará, no local onde ocorreu a apuração final, o resultado da contagem final dos votos.
3. O processo de apuração ocorrerá sob supervisão do CMDCA.
8. O resultado final da eleição deverá ser publicado oficialmente no Diário Oficial do Município, e afixado no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, abrindo prazo para interposição de recursos, conforme item 8.2 deste edital.
9. Os 05 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos e serão nomeados e empossados como conselheiros tutelares titulares, ficando todos os seguintes, observada a ordem decrescente de votação, como suplentes.
10. Na hipótese de empate na votação, será considerado eleito o candidato que, sucessivamente:
  1. apresentar maior tempo de atuação na área da infância e adolescência;
  2. residir a mais tempo no município;



- tiver maior idade.

## 7. DOS IMPEDIMENTOS

- São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.
- Estende-se o impedimento do Conselheiro em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude na Comarca.
- Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação. O outro eleito será reclassificado como 1º (primeiro) suplente, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento.

## 8. DOS RECURSOS

- Será admitido recurso quanto:

- ao deferimento e indeferimento da inscrição do candidato.
- à aplicação da avaliação psicológica;
- ao resultado da avaliação psicológica;
- à eleição dos candidatos;
- ao resultado final.

- O prazo para interposição de recurso será de 3 (três) dias após a concretização do evento que lhes disser respeito (publicação do indeferimento da inscrição, aplicação da avaliação psicológica, publicação do resultado da avaliação psicológica, eleição dos candidatos, publicação do resultado final).
- Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no item 8.1 deste Edital, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado recurso de igual teor.
- Os recursos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Assistência Social na Rua Colaço Veras, s/n, Centro no horário das 08h00minh às 12h00minh, segunda a sexta-feira.
- O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito.
- Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado.
- Os candidatos deverão enviar o recurso em 02 (duas) vias (original e 01 cópia). Os recursos deverão ser digitados.
- Cabe à Comissão Organizadora decidir, com a devida fundamentação, sobre os recursos no prazo de 2 (dois) dias.
- Da decisão da Comissão, caberá recurso ao Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que decidirá, com a devida fundamentação, em igual prazo.
- As decisões dos recursos serão dadas a conhecer aos candidatos por meio de divulgação na sede da Prefeitura Municipal e no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (próximo a prefeitura) Praça João Gonçalves, s/n, Centro, na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS e ficarão disponibilizados durante todo o período da realização do processo de escolha.

## 9. DA HOMOLOGAÇÃO, DIPLOMAÇÃO, NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO.

- Decididos os eventuais recursos, a Comissão Organizadora deverá divulgar o resultado final do processo de escolha com a respectiva homologação do CMDCA, no prazo de 3 (três) dias.
- Após a homologação do processo de escolha, o CMDCA deverá diplomar os candidatos eleitos e suplentes, no prazo de 05 dias.
- Após a diplomação, o CMDCA terá 48 (quarenta e oito) horas para comunicar o Prefeito Municipal da referida diplomação.
- O Prefeito Municipal, após a comunicação da diplomação, deverá nomear os 05 (cinco) candidatos mais bem votados, ficando todos os demais, observada a ordem decrescente de votação, como suplentes.
- Caberá ao Prefeito Municipal dar posse aos conselheiros titulares eleitos em 10 de janeiro de 2024, data em que se encerra o mandato dos conselheiros tutelares em exercício.
  - A convocação dos conselheiros para a posse será realizada por meio de edital, a ser publicado em todos os locais onde o Edital tiver sido afixado, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.
  - Os candidatos também serão convocados por ofício, a ser entregue no endereço informado, quando do preenchimento da inscrição.
  - A remessa do ofício tem caráter meramente supletivo.
  - O dia, a hora e o local da posse dos conselheiros tutelares serão divulgados junto à comunidade local, afixando o convite em todos os locais onde o Edital tiver sido afixado, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.



- O candidato eleito que desejar renunciar a sua vaga no Conselho Tutelar deverá manifestar, por escrito, sua decisão ao CMDCA.
- O candidato eleito que, por qualquer motivo, manifestar a inviabilidade de tomar posse e entrar em exercício, nesse momento, poderá requerer a sua dispensa junto ao CMDCA, por escrito, sendo automaticamente reclassificado como último suplente.
- O candidato eleito que não for localizado pelo CMDCA automaticamente será reclassificado como último suplente.
- Se na data da posse o candidato estiver impedido de assumir as funções em razão do cumprimento de obrigações ou do gozo de direitos decorrentes da sua relação de trabalho anterior, ou ainda na hipótese de comprovada prescrição médica, a sua entrada em exercício será postergada para o primeiro dia útil subsequente ao término do impedimento.
- No momento da posse, o escolhido assinará documento no qual conste declaração de que não exerce atividade incompatível com o exercício da função de conselheiro tutelar e ciência de seus direitos e deveres, observadas as vedações constitucionais.

## 10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de dez pretendentes devidamente habilitados.
- Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o CMDCA poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.
- Em qualquer caso o CMDCA envidará esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.
- Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será comunicada em ato complementar ao Edital a ser publicado no Diário Oficial do Município e afixado mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.
- É da inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação de todos os atos e resultados referentes a este processo de escolha.
- A atualização do endereço para correspondência é de inteira responsabilidade do candidato e deverá ser feita, mediante protocolo, na Secretaria Municipal de Assistência Social- SEMAS.
- Os documentos apresentados pelo candidato durante todo o processo poderão, a qualquer tempo, ser objeto de conferência e fiscalização da veracidade do seu teor por parte da Comissão Organizadora, e no caso de constatação de irregularidade ou falsidade, a inscrição será cancelada independentemente da fase em que se encontre, comunicando o fato ao Ministério Público para as providências legais.
- As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, com a devida fundamentação, pela Comissão Organizadora.
- Todas as decisões da Comissão Organizadora ou do Plenário do CMDCA serão devidamente fundamentadas.
- Todo o processo de escolha dos conselheiros tutelares será realizado sob a fiscalização do Ministério Público, o qual terá ciência de todos os atos praticados pela Comissão Organizadora, para garantir a fiel execução da Lei e deste Edital.
- Os membros escolhidos como conselheiros tutelares titulares e os suplentes, no primeiro mês de exercício funcional, submeter-se-ão a estudos sobre a legislação específica, as atribuições do cargo e aos treinamentos práticos necessários, promovidos por uma comissão ou instituição pública ou privada, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Secretaria à qual está vinculado.
- Os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral se encerram com o envio do relatório final contendo as intercorrências e o resultado da votação do CMDCA.
- O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato ao processo de escolha.

Publique-se

Governador Luiz Rocha – MA, 13 de abril de 2023.

Elenilde Gonçalves Rios

**Presidente do CMDCA**

CRONOGRAMA DE DATADO EDITAL 001/2023 DOCMDCA(13.04.2023)



Assinado eletronicamente por: Jose Orlanildo Soares De Oliveira  
CPF: \*\*\*.108.743-\*\* em 09/08/2023 06:00:04

Ord	DESCRIMINAÇÃO EVENTO	DATA
01	Publicação do edital 001/2023	13/04/2023
02	Inscrições na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS	13/04 a 28/04/2023
03	Análise dos Requerimentos de Inscrições	02/05 a 12/05/2023
04	Publicação da lista dos candidatos deferido e indeferido	15/05/2023
05	Prazo para recurso	16/05 a 19/05/2023
06	Análise dos recursos pela Comissão Eleitoral	20/05 a 24/05/2023
07	Divulgação do resultado dos recursos e publicação da lista preliminar dos candidatos com inscrição deferida, ordem alfabética	25/05/2023
08	Avaliação Psicológica / entrevista	14/06/2023
09	Divulgação do Resultado AvaliaçãoPsicológica/entrevista	21/06/2023
10	Prazo para recurso AvaliaçãoPsicológica/entrevista	22/06 a 24/06/2023
11	Divulgação do julgamento dos recursos pelo Plenário doCMDCA relativosàs AvaliaçãoPsicológica / entrevista	30/06/2023
12	Divulgação da relação dos candidatos habilitados para a campanha	Até19/07/2023
13	Reunião para firmar compromisso com a comissão especial e os candidatos habilitados.	24/07/2023
14	Período da campanha eleitoral	14/08 a30/09/2023
18	Dia da eleição	01/10/2023
15	Publicaçãodo resultadoda contagemdos votos válidos daeleição	01/10/2023
16	Prazo para interposição de recursos relativos ao resultado da eleição	De03a 08/10/2023
17	Bem como os fatos ocorridos no dia da eleição, pelo candidato. Prazo de decisão do Plenário do CMDCA, dos recursos impetrados sobre resultado da eleição bem como os fatos ocorridos no dia da eleição.	De11a 15/10/2023
18	Divulgação do julgamento dos recursos pelo Plenário do CMDCA	16/10/2023
19	Relativos ao resultado da eleição Publicação do resultado final com a respectiva homologaçãodo processo.	17/10/2023
20	Diplomação dos candidato seleitos pelo CMDCA e Prefeito ( Decreto)	27/11/2023
21	Nomeação pelo Prefeito dos 05 candidatos mais votados	10/01/2024
22	Data da posse	10/01/2024

JOSÉ ORLANILDO SOARES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

**OUTROS**

**ATO Nº 01 CMDCA**

COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL PARA

ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES DOMUNICÍPIO DE GOVERNADOR LUIZ ROCHA – MA 2024/2027

**ATO Nº01**

A Comissão Especial Eleitoral, nomeada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santos, no uso de suas atribuições conferidas estabelecidas na Lei Municipal n.º 114/2007 de 27 de novembro de 2007, que regula a constituição e o funcionamento do CMDCA, amparado na Lei Federal n.º. 8.069, de 13 de julho de 1990 – ECA, faz publicar a Relação de Inscrições Deferidas para



Assinado eletronicamente por: Jose Orlanildo Soares De Oliveira  
CPF: \*\*\*.108.743-\*\* em 09/08/2023 06:00:04

participação do processo eleitoral.

Inscrição	Nome
1.	Josivaldo dos Santos Alves de Sousa
2.	Darlene Matos Silva Lima
3.	Ilclênio Ferreira da Silva
4.	Antonia Cruz Lima dos Santos
5.	Adriana Andrade Silva
6.	Daniel Costa de Sousa
7.	Jailson Damião Rodrigues Guajajara Sousa
8.	Paulo Cesar Ribeiro de Alencar Junior
9.	Bianca Lays Sousa Teixeira

Portanto, a próxima etapa do processo seletivo será no dia 14/06/2023, quando os candidatos realizarão avaliação psicológica/entrevista. O processo de escolha é composto por três fases: inscrição dos candidatos, avaliação psicológica e eleição por meio do voto.

Prazo para interposição dos recursos ( inscrição ) : 17,18 e 19 de Maio de 2023. Local: Secretaria de Assistência Social - SEMAS (Próximo ao Posto do Edigar) na Rua Colaço Veras, s/n no horário das 08:00 às 12:00h.

**Governador Luiz Rocha – MA, 15 de maio de 2023.**

Nilva Honorato Fontes da Silva

**Coordenador da Comissão Especial Eleitoral**

*JOSÉ ORLANILDO SOARES DE OLIVEIRA*  
*Prefeito Municipal*

## OUTROS

### ATO Nº 02 CMDCA

COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL PARA

ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES DOMUNICÍPIO DE GOVERNADOR LUIZ ROCHA – MA 2024/2027

### ATO Nº02

A Comissão Especial Eleitoral, nomeada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santos, no uso de suas atribuições conferidas estabelecidas na Lei Municipal n.º 114/2007 de 27 de novembro de 2007, que regula a constituição e o funcionamento do CMDCA, amparado na Lei Federal n.º. 8.069, de 13 de julho de 1990 – ECA, faz publicar a Relação de Inscrições Deferidas para participação do processo eleitoral.

Inscrição	Nome
1	Josivaldo dos Santos Alves de Sousa
2	Darlene Matos Silva Lima
3	Ilclênio Ferreira da Silva
4	Antonia Cruz Lima dos Santos
5	Adriana Andrade Silva
6	Daniel Costa de Sousa
7	Jailson Damião Rodrigues Guajajara Sousa
7	Joilson Damião Rodrigues Guajajara Sousa
8	Paulo Cesar Ribeiro de Alencar Junior
9	Bianca Lays Sousa Teixeira

Portanto, a próxima etapa do processo seletivo será no dia 14/06/2023, quando os candidatos realizarão avaliação psicológica/entrevista. O processo de escolha é composto por três fases: inscrição dos candidatos, avaliação psicológica e eleição por meio do voto.

Prazo para interposição dos recursos ( inscrição ) : 17,18 e 19 de Maio de 2023. Local: Secretaria de Assistência Social - SEMAS (Próximo ao Posto do Edigar) na Rua Colaço Veras, s/n no horário das 08:00 às 12:00h.



Assinado eletronicamente por: Jose Orlanildo Soares De Oliveira  
CPF: \*\*\*.108.743-\*\* em 09/08/2023 06:00:04

Prefeitura Municipal de Governador Luiz Rocha  
CNPJ: 01.578.554/0001-33  
<https://governadorluizrocha.ma.gov.br>

Governador Luiz Rocha – MA, 16 de maio de 2023.

Nilva Honorato Fontes da Silva

Coordenador da Comissão Especial Eleitoral

JOSÉ ORLANILDO SOARES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

**OUTROS**

**ATO Nº 03/2023 CMDCA**

COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL PARA

ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES DOMUNICÍPIO DE GOVERNADOR LUIZ ROCHA – MA 2024/2027

**ATO Nº03**

A Comissão Especial Eleitoral, nomeada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições conferidas estabelecidas na Lei Municipal n.º 114/2007 de 27 de novembro de 2007, que regula a constituição e o funcionamento do CMDCA, amparado na Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 – ECA, faz publicar a numeração dos Candidatos a Conselheiro Tutelar.

NÚMERO	Nome
01	Josivaldo dos Santos Alves de Sousa (Josivaldo Chupetinha)
02	Darlene Matos Silva Lima (Darlene do Mundico)
03	Ilclênio Ferreira da Silva (Ilclênio Ferreira)
04	Antonia Cruz Lima dos Santos (Antonia Cruz Dididi)
05	Adriana Andrade Silva (Adriana)
06	Daniel Costa de Sousa (Daniel Costa)
07	Joilson Damião Rodrigues Guajajara Sousa ( Joilson Índio)
08	Paulo Cesar Ribeiro de Alencar Junior (Junior Alencar)
09	Bianca Lays Sousa Teixeira ( Bianca)

Governador Luiz Rocha – MA, 24 de julho de 2023.

Nilva Honorato Fontes da Silva

Coordenador da Comissão Especial Eleitoral

JOSÉ ORLANILDO SOARES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

**EDITAL**

**EDITAL-CMDCA Nº 002/2023**

EDITAL-CMDCA Nº 002/2023

A Comissão Especial Eleitoral, nomeada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições conferidas estabelecidas na Lei Municipal n.º 114/2007 de 27 de novembro de 2007, que regula a constituição e o funcionamento do CMDCA, amparado na Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 – ECA, faz publicar a relação definitiva dos candidatos com inscrição deferida

1. Encerrado o prazo para recurso previsto no EDITAL-CMDCA Nº 001/2023, publica a relação definitiva dos candidatos com inscrição definitiva e aptos a concorrer a Eleição para conselheiro tutelar 2023.

NÚMERO	Nome
01	Josivaldo dos Santos Alves de Sousa (Josivaldo Chupetinha)



Assinado eletronicamente por: Jose Orlanildo Soares De Oliveira  
CPF: \*\*\*.108.743-\*\* em 09/08/2023 06:00:04

02	Darlene Matos Silva Lima (Darlene do Mundico)
03	Ilclênio Ferreira da Silva (Ilclênio Ferreira)
04	Antonia Cruz Lima dos Santos (Antonia Cruz Dididi)
05	Adriana Andrade Silva (Adriana)
06	Daniel Costa de Sousa (Daniel Costa)
07	Joilson Damiano Rodrigues Guajajara Sousa (Joilson Índio)
08	Paulo Cesar Ribeiro de Alencar Junior (Junior Alencar)
09	Bianca Lays Sousa Teixeira (Bianca)

Publique-se

Governador Luiz Rocha – MA, 08 de agosto de 2023.

Elenilde Gonçalves Rios

**Presidente do CMDCA**

*JOSÉ ORLANILDO SOARES DE OLIVEIRA*  
*Prefeito Municipal*



**Estado do Maranhão**  
Prefeitura Municipal de Governador Luiz Rocha

## DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Prefeitura Municipal de Governador Luiz Rocha  
Praça João Gonçalves, - Centro  
Governador Luiz Rocha - MA  
65795000

JOSE ORLANILDO SOARES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Informações: [prefeitura@governadorluizrocha.ma.gov.br](mailto:prefeitura@governadorluizrocha.ma.gov.br)

